

Coordenadoria de Contratos. (65) 3613.5344 Secretaria de Estado de Saúde - SES Rua D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05 Centro Político Administrativo 78049-902 - CUIABÁ - MATO GROSSO

Fls	_
Rub.	

CONTRATO N°. 098/2018 PREGÃO ELETRÔNICO N°. 022/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 516439/2017

"AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, SENDO DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO, PARA ATENDER O LABORATÓRIO CENTRAL – LACEN-MT DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO".

CONTRATANTE: O ESTADO DE MATO GROSSO por meio da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, com sede no Centro Político Administrativo, bloco 05, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ sob n. 04.441.389/0001-61, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Saúde Sr. LUIZ ANTONIO VITÓRIO SOARES, casado, portador da cédula de identidade RG nº 019771 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 138.731.301-06.

CONTRATADA: a empresa MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICO E PESQUISAS LTDA, inscrito no cadastro do CNPJ/MF sob o nº 04.724.729/0001-61, com sede sito à Rua Presidente Rodrigues Alves – Qd. 14 – Lt. 20 – n.º 435 – Bairro Faiçalville II em Goiânia/GO – CEP 74.350-115 - telefone (62) 3251-0351/3945-0350/3945-0351 – e-mail maxlab@terra.com.br, neste ato representada pelo Sr.º RODRIGO BERNARDES ALVES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.545.389-8860599 – SESP/GO e inscrito no CPF sob o nº 812.529.601-82.

OS CONTRATANTES: Considerando os documentos que instruem o processo administrativo 516439/2017, procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 022/2018, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, resolvem celebrar o presente CONTRATO, do qual será parte integrante o Termo de Referência, e que será regido pela Lei n. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, pelos Decretos Estaduais: nº 840/2017, nº 7.218/2006 e nº 8.199/2006, Lei Complementar nº 10.442/2016, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas;





Coordenadoria de Contratos. (65) 3613.5344 Secretaria de Estado de Saúde - SES Rua D. Quadra 12, Lote 02, Bloco 05 Centro Político Administrativo 78049-902 - CUIABÁ - MATO GROSSO

SES	
Fls	-
Rub	

1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem como objeto a "aquisição de Material Permanente, sendo Diversos Equipamentos de Laboratório, para atender o Laboratório Central – LACEN-MT da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso".

2 CLÁUSULA SEGUNDA - DO CONTRATO

- 2.1 O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo início em 28/09/2018 e término em 27/09/2019, conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos, podendo ser prorrogado somente, pelo período necessário a entrega dos objetos, se presente uma das hipóteses previstas no artigo 57, § 1º da Lei nº 8666/93.
- 2.2 A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65 da lei 8.666/93.
- 2.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.
- 2.4 A divulgação do extrato do contrato ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado no endereço eletrônico https://www.iomat.mt.gov.br/.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 Os preços contratados, a especificação, os quantitativos, encontram-se relacionados no presente contrato, a seguir:

LOTES	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR
25	AUTOCLAVE VERTICAL DE 300L, ANALÓGICO 60X110 CM, 220V- PARA ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS E UTENSÍLIOS DIVERSOS EM LABORATÓRIOS QUÍMICOS, FARMACÉUTICOS, INDUSTRIAIS, ODONTOLÓGICOS E MÉDICOS EM GERAL CÁMARA SÍMPLES, TAMPA DE BRONZE FUNDIDO, INTERNAMENTE ESTANHADA E EXTERNAMENTE POLIDA E ENVERNIZADA COM GUARNIÇÃO DE VEDAÇÃO EM SILICONE CALDEIRA E CESTO EM AÇO INOX VÁLVULA DE SEGURANÇA E CONTROLADORA: EM BRONZE COM SISTEMA DE PESO E CONTRAPESO PARA REGULAGEM DA PRESSÃO. PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 1,5 KGF/CM2 CORRESPONDENDO A 127 GRAUS CELSIUS GABINETE: PARTE SUPERIOR EM CHAPA DE AÇO INOX E LATERAIS EM CHAPA DE ACO CARBONO COM TRATAMENTO ANTI CORROSIVO E PINTURA EPOXI, MONTADO SOBRE QUATRO PES DE	PRIAMATEC	UND.	2	21,499,99	42.999.98





Coordenadoria de Contratos. (65) 3613.5344 Secretaria de Estado de Saúde - SES Rua D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05 Centro Político Administrativo 78049-902 - CUIABÁ - MATO GROSSO

SES	
Fis	
Rub	

09	AÇO REVESTIDA EM EPÓNI ELETROSTÁTICO, COM PÉS DE BORRACHA ADERENTES, CRUZETA HORIZONTAL PARA 08 TUBOS DE 15ML, EM PLASTICO DE GRANDE RESISTÊNCIA, COM TAMPA DE PLÁSTICO COM SISTÉMA DE SEGURANÇA QUE SÓ DA A PARTIDA SE A MESMA ESTIVER FECHADA, CAÇAPAS PORTA TUBOS E TUBOS DE ISML EM PLASTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, VELOCIDADE MÁXIMA: 3 500RPM, LEITURA DIGITAL DA VELOCIDADE, COM FATOR DE MULTIPLICAÇÃO, CONTROLADOR ELETRÔNICO LINEAR DA VELOCIDADE, FREIO ELETRÔNICO COM TEMPO DE FRENAGEM DE APROXIMADAMENTE 20 SEGUNDOS, CABO DE FORÇA COM DIPLA ISOLAÇÃO E PLUG COM TRÊS PINOS, 02 CHATOS MAIS 1 TERRA, ACOMPANHAR MANUAL DE INSTRUÇÃO, UNIDADE.	CENTRILAB	UND	3	7.083,33	21 249,99 RS 64.249,97
	BORRACHA MANIPULO DE BAQUELITE. RESISTÊNCIAS DE NIQUEL CROMO, BLINDADAS COM TUBOS DE COBRE CROMADOS PAINEL: LÂMPADA INDICADORA DE LIGA/DESLIGA, CHAVE SELETORA DE CALOR DE TRÉS POSIÇÕES E AS INSTRUÇÕES DE USO ESCOAMENTO: PARA LIMPEZA E DRENAGEM TOTAL UNIDADE. CENTRIFUGA MICROPROCESSADA COM CRUZ- PARA ORTUBOS DE 15ML, 3500RPM, COM CARCAÇA EM PLÁSTICO RESISTENTE E PROTEGIDA INTERNAMENTE COM CHAPA DE					

3.2 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, quando ocorridos após a data da celebração deste contrato, ficará a cargo da Contratada, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto ser entregue sem ônus adicionais, eximindo a Administração de qualquer responsabilidade.

4 CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO, DO LOCAL E DAS EXIGÊNCIAS.

- 4.1 Após a celebração do contrato, a Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e retirar a nota de empenho/ordem de fornecimento dos bens, no prazo de até 05 (cinco) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal.
- 4.2 O prazo de entrega dos bens, Instalação e Treinamento é de 15 (Quinze) dias úteis, contados após a retirada da retirar a nota de empenho/ordem de fornecimento, em remessa (única), no seguinte endereço:
 - 4.2.1 Entrega e Instalação deverá ser no Laboratório Central de Mato Grosso LACEN-MT, situado a Rua Thogo da Silva Pereira nº. 63 – Centro – Cuiabá-MT, CEP: 78020.500.





Coordenadoria de Contratos. (65) 3613.5344 Secretaria de Estado de Saúde - SES Run D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05 Centro Político Administrativo 78049-902 - CUIABÁ - MATO GROSSO

SES
Fis
Rub

- 4.2.2 O Treinamento deverá ser realizado para os técnicos do LACEN-MT no prazo mínimo de dois dias.
- 4.2.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Contrato e na proposta;
- 4.2.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Contrato e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.2.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - 4.2.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.2.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5 CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 Como condição para assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá estar com a documentação obrigatória válida no SICAF ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual e, obrigatoriamente apresentar:
 - a) Certidão Negativa de Débitos e Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
 - b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
 - c) CNPJ:
 - d) Contrato Social e Alterações (autenticados);
- 5.2 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 5.2.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Contrato e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 5.2.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
 - 5.2.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



Coordenadoria de Centratos. (65) 3613.5344 Secretaria de Estado de Saúde - SES Rua D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05 Centro Político Administrativo 78049-902 - CUIABÁ - MATO GROSSO

S	ES
Fis	
Rub.	

- 5.2.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Contrato, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.2.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida justificativa para análise e aceitação pela Contratante;
- 5.2.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 5.2.7 A Contratada deverá realizar a instalação dos objetos constantes neste Termo de Contrato;
- 5.2.8 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante ao fornecimento dos bens, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato;
- 5.2.9 Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros que julgue necessários para recebimento de correspondência;
- 5.2.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como, dar ciência à Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da entrega.
- 5.3 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto correrão por conta exclusivos da Contratada.

6 CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 A CONTRATANTE obriga-se, nos termos previstos neste contrato a:
 - 6.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato e seus anexos;
 - 6.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 6.1.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;
 - 6.1.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 6.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
 - 6.1.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Contrato e seus anexos;
 - 6.1.7 Emitir nota de empenho/ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;





Coordenadoria de Cantratos. (65) 3613,5344 Secretaria de Estado de Saúde - SES Rua D, Quadra 12, Lote 02, Bioco 05 Centro Político Administrativo 78049-902 - CUIABÁ - MATO GROSSO

1	838	
Fis.		
Ruh		

6.1.8 Prestar as informações e os esclarecimentos que fizerem necessários.

6.2 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, serão designados por meio de Portaria os representante abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados:

Fiscal do Contrato	Daniele Ribatski da Silva Matricula SES: 126869 Cargo: Coordenadora LACEN-MT - Farmacéutico/Bioquímico – E-mail: dirlacen@ses.mt.gov.br Telefone: (65) 3623-6095 / 3623-6404
Suplente Fiscal	Vergínia Correa de Azevedo e Silva Matrícula SES: 42890 Cargo: Gerente de Análises de Vigilância Epidemiológica do LACEN-MT E-mail: gavelacenmt@ses.mt.gov.br Telefone: (65) 3622-0599

- 7.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.3 () representante da Contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.4 Caberá ao Fiscal, além das que perfazem na legislação vigente, Lei nº 8.666/93 e a portaria nº 68/2016/GBSES, conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela Contratada.

8 CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A



Coordenadoria de Contratos. (65) 3613.5344 Secretaria de Estado de Saúde - SES Rui D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05 Centro Político Administrativo 78049-902 - CUIABÁ - MATO GROSSO

	SES
Fis	
Ru	ib
254	

8.1 As despesas decorrentes da execução do presente Contrato, neste exercício financeiro correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- Unidade Orçamentária: 21601 Fundo Estadual de Saúde
- Programa 0077 Ordenação Regionalizada da Rede de Atenção e Sistema de Vigilância em Saúde
- Ação (P/A/O/E): 2511 Consolidação do Laboratório Central (LACEN-MT)
- Natureza da despesa: 44.90.52
- Fonte: 395

9 CLÁUSULA NONA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 64.249,97 (sessenta e quatro mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos).
- 9.2 O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento do bem efetivamente entregue e atestado pela autoridade competente, devendo ser feita em conformidade com o discriminado na proposta e ainda conforme o constante na ordem de fornecimento/nota de empenho.
- 9.3 As Notas Fiscais devem ser emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde e deverão ser entregues no local indicado pela CONTRATANTE, a fim de serem atestadas e deverá conter as seguintes descriminações:
 - a) Razão Social e CNPJ;
 - b) Número da Nota Fiscal;
 - c) Data de emissão;
 - d) Nome da Secretaria Solicitante/unidade;
 - e) Descrição do Produto:
 - f) Lote de cada produto (quantidade, preco unitário, preco total);
 - g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);
 - h) Número do Contrato:
 - Número da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento;
 - Não deverá possuir rasuras.
- 9.4 A Nota Fiscal deverá conter o atestado firmado pelo servidor encarregado de fiscalizar o recebimento, comprovando a entrega dos bens contratado;
 - 9.4.1 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida a Contratada para as necessárias correções, sendo informado o motivo que motivaram a sua rejeição.
 - 9.4.2 Somente após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento à partir da data de sua reapresentação.
- 9.5 O pagamento será feito em prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do bem (atesto na nota fiscal), através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela Contratada indicando a agência, localidade e número da conta

D



Coordenadoria de Contratos. (65) 3613.5344 Secretaria de Estado de Saúde - SES Ron D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05 Centro Político Administrativo 78049-902 - CUIABÁ - MATO GROSSO

I	8E8
l	Fls
l	Rub

corrente em que deverá ser realizado o depósito, observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8666/93 e instrução Normativa 001/2015 – SAD/SEFAZ.

- 9.6 Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura, todas as certidões de regularidade fiscal, devidamente válidas:
 - a) Prova de regularidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional PGFN;
 - b) Prova de regularidade da Fazenda Estadual (expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor);
 - e) Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - d) Prova de regularidade da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.
- 9.7 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.
- 9.8 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- 9.9 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.
- 9.10 A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O contrato poderá ser alterado somente em um dos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e mediante interesse da Contratante.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002 e Decreto Estadual 840 de 2017, a Contratada que:
 - a) Înexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - e) Fraudar na execução do contrato;
 - d) Comportar-se de modo inidôneo;
 - e) Cometer fraude fiscal;
 - Não mantiver a proposta.
- 11.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



Coordenadoria de Contratos. (65) 3613.5344
Secretaria de Estado de Saúde - SES
Rua D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05
Centro Político Administrativo
78049-902 - CUIABÁ - MATO GROSSO

SES	
Fls.	
Rub	,

- 11.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração/Contratante;
- 11.2.2 Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 11.2.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos:
- 11.2.6 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso - CGF/MT pelo prazo de até cinco anos;
- 11.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 11.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 - a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.4 Se a contratante não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte da Secretaria de Estado de Saúde, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Estado, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Estado.
- 11.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002 e Decreto Estadual 840 de 2017.
- 11.6 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.



Coordenadoria de Contrates. (65) 3613.5344
Secretaria de Estado de Saúde - SES
Rua D. Quadra 12, Lote 02, Bloco 05
Centro Político Administrativo
78049-902 - CUIABÁ - MATO GROSSO

SES	
FIs	
Rub	

- 11.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.8 A Contratada poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso à qualidade/quantidades dos bens e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

12.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

- 13.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;
 - 13.1.1 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- 13.2 A rescisão do contrato poderá ser:
 - 13.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito pela CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, assegurando o contraditório e a ampla defesa;
 - 13.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Contratante:
 - 13.2.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 13.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1 A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei n. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, pelos Decretos Estaduais n. 840, de 10/02/2017, e alterações, 7.218 de 14/03/2006 e demais normas pertinentes.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE



Coordenadoria de Contratos. (65) 3613.5344 Secretaria de Estado de Saŭde - SES Rua D. Quadra 12, Lote 02, Bloco 05 Centro Político Administrativo 78049-902 - CUIABÁ - MATO GROSSO

Fls.____

SES

15.1 A Contratante providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado no endereço eletrônico http://www.iomat.mt.gov.br/, em até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias, daquela data.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Cuiabá - MT, 28 de Setembro de 2018.

LUIZ SOURES

Secretário de Estado de Saúde

RODRIGO BERNARDES ALVES

Maxlab Produtos para Diagnósticos e Pesquisas L. TDA

Testemunhas:

Eliane Nunes da Stiva CPF: 018.432.871-37

RG 1648916-0 - SSP/MT

Recharla Hellebrandt Fonsoca CPF - 023,529,231-78

RG 19401841 - SSP/MT